



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3304 03/03/2026

PLENÁRIA NACIONAL VAI DISCUTIR CENÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO NAS TRÊS ESFERAS

PAUTA

- DEBATER O DECRETO-LEI 200;
- DISCUTIR A CONVENÇÃO 151;
- APRESENTAR A ANÁLISE POLÍTICA E MOBILIZAR PARA O DIA 15 DE ABRIL.



PARTICIPAÇÃO
**DRA. CAMILA
CÂNDIDO LBS**



O Coletivo das Três Esferas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) realiza, na quinta-feira, 12, às 18h30, uma plenária virtual voltada aos servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal. A atividade ocorrerá de forma online, com acesso disponibilizado pelas entidades filiadas.

A proposta do encontro é promover uma análise do momento político-administrativo e organizar encaminhamentos diante das medidas que vêm sendo debatidas e que podem repercutir diretamente na estrutura, levando em consideração as últimas movimentações a respeito da reforma administrativa.

A programação inclui contribuição técnica da assessoria jurídica, com participação da advogada Camila Cândido, da LBS Advogados, que apresentará informações sobre os possíveis efeitos legais das propostas em tramitação nas diferentes esferas de governo.

Negociação coletiva e agenda de mobilização

Entre os assuntos que devem concentrar atenção está a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instrumento que trata da Negociação Coletiva e do direito de greve no setor público. A discussão envolve a definição de parâmetros específicos para as relações de trabalho no âmbito estatal. Outro ponto previsto é a organização da mobilização marcada para 15 de abril, data indicada pelas centrais sindicais como dia nacional de mobilização. A iniciativa deve reunir atividades em defesa dos direitos da categoria e da estrutura do serviço público.

Propostas sobre gestão pública em debate

A plenária também deve abordar o Decreto-Lei 200/1967, norma que orienta a organização administrativa federal, e a minuta apresentada como "Lei Geral da Gestão Pública", proposta que pretende substituir o Decreto.

Em documento aprovado no mês de fevereiro, o Coletivo das Três Esferas apresentou posicionamento contrário à minuta, apontando preocupações relacionadas a possíveis alterações no Regime Jurídico Único, (RJU), ampliação de parcerias com o setor privado, critérios de avaliação funcional e ausência de regulamentação específica sobre negociação coletiva. O texto também menciona possíveis reflexos da proposta na organização administrativa de estados e municípios.

Espaço de articulação

A atividade do dia 12/03, que acontecerá de maneira virtual, pretende reunir representantes sindicais para sistematizar informações, esclarecer aspectos técnicos e construir estratégias de atuação conjunta. A participação será viabilizada por meio das entidades filiadas. O link estará disponível no site do Sintsef: <https://sintsefceara.org.br>.

SERVIDORES INDÍGENAS DA FUNAI DENUNCIAM AUSÊNCIA DE POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No último dia 27 de fevereiro, o Sindsep-DF e a Condsef, participaram da segunda reunião de articulação coletiva dos servidores indígenas da Sede, com o objetivo de compartilhar experiências iniciais de trabalho, identificar problemas institucionais e organizar encaminhamentos políticos e administrativos. O encontro reuniu trabalhadores ingressos pelo Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 1/2024) e deu continuidade ao processo iniciado em reunião anterior, que contou com a participação de 26 servidores indígenas.

Os relatos apresentados convergiram para um diagnóstico crítico sobre a ausência de uma política estruturada de acolhimento institucional. Em diversos setores, os servidores afirmaram não ter recebido orientação formal sobre atribuições, integração às equipes ou apresentação das rotinas de trabalho.

Diante desse cenário, os servidores organizaram uma agenda política estruturada, defendendo ações afirmativas voltadas ao acesso, à permanência e à valorização dos trabalhadores indígenas no serviço público federal. Entre as propostas debatidas estão políticas de lotação compatíveis com os vínculos territoriais, critérios transparentes para cargos de confiança, reconhecimento do conhecimento territorial como competência institucional e flexibilização de carga horária para participação em mobilizações e rituais socioculturais.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de comunicação: Mariah Salvatore

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO